

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	28.263	23.408	Fornecedores		1.576	967
Caixa restrito	3	266	747	Empréstimos e financiamentos	8	938	1.250
Títulos e valores mobiliários	4	37.034	30.375	Salários e contribuições sociais	9	9.682	8.939
Contas a receber de alunos	5	20.254	18.537	Recursos destinados à inovação tecnológica	10	1.574	933
Outras contas a receber	5.1	1.853	9.556	Matrículas recebidas antecipadamente		3.591	3.740
Estoques		98	112	Receita a apropriar		240	240
Total ativo circulante		87.768	82.735	Outras contas a pagar		673	602
Não circulante				Total passivo circulante			
Caixa restrito	3	209	184			18.274	16.671
Contas a receber de alunos	5	7.871	9.371	Não circulante			
Depósito judicial	12	285	274	Empréstimos e financiamentos	8	-	938
Outras contas a receber	5.1	6.704	-	Subvenção	11	7.750	6.589
Propriedades para investimentos	6	14.189	14.383	Provisão para riscos trabalhistas	12	7.140	6.052
Ativo imobilizado	7	153.512	152.034	Outras contas a pagar		65	65
Total do ativo não circulante		182.770	176.246	Receita a apropriar		360	600
				Total do passivo não circulante			
						15.315	14.244
				Patrimônio líquido			
					13		
				Patrimônio social		143.873	144.493
				Reserva de reavaliação		83.839	84.192
				Superávit/(Déficit) acumulado		9.237	(620)
						236.949	228.065
				Total do passivo e do patrimônio líquido			
						270.538	258.981
Total do ativo		270.538	258.981				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Anuidades de educação superior e básica	14	106.303	90.515
Receita operacional líquida	14	106.303	90.515
Custo dos serviços prestados	15	(80.712)	(77.851)
Resultado bruto		25.591	12.664
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(21.236)	(19.646)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	16	(4.134)	(3.962)
Outras receitas	17	20.009	19.474
Outras despesas	16	(22.554)	(18.263)
Déficit antes do resultado financeiro		(2.324)	(9.733)
Resultado financeiro líquido	18	11.208	8.739
Superávit/(déficit) líquido do exercício		8.884	(995)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Superávit/(déficit) líquido do exercício	8.884	(995)
Outros resultados abrangentes	353	375
Resultado abrangente do período	9.237	(620)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	142.192	84.567	2.301	229.060
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	2.301	-	(2.301)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(375)	375	-
Déficit do exercício	-	-	(995)	(995)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	144.493	84.192	(620)	228.065
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	(620)	-	620	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(353)	353	-
Superávit do exercício	-	-	8.884	8.884
Saldos em 31 de dezembro de 2025	143.873	83.839	9.237	236.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) líquido do exercício	8.884	(995)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação de bens do ativo e propriedades para investimentos	4.134	3.962
Perda/(reversão) em créditos de liquidação duvidosa	2.154	(410)
(Ganho)/Perda na alienação de ativo imobilizado	75	223
Provisão para contingências	1.261	1.142
Ajuste a valor presente das contas a receber de alunos	-	18
Receita a apropriar	(240)	(240)
	16.268	3.700
(Aumento)/redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber de alunos	(2.371)	19
Demais contas a receber	999	(210)
Estoques (almoxarifado)	14	6
Depósitos judiciais	(11)	256
Aumento/(redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	609	(450)
Salários e contribuições sociais	743	425
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	641	(548)
Matriculas antecipadas	(149)	350
Contas a pagar	71	(760)
Subvenção diferida	1.161	(174)
Provisão para contingências (Pagamentos)	(173)	(43)
Caixa líquido das atividades operacionais	17.802	2.571
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(5.494)	(3.633)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.494)	(3.633)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamentos	(1.250)	(1.354)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(1.250)	(1.354)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.058	(2.416)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.714	57.130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	65.772	54.714
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.058	(2.416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Fundação Valeparaibana de Ensino (“Fundação” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Federal (Portaria nº 1.090/2000), Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67); com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea “c” do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções fiscais.

A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, nos termos da Portaria nº 523, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2022; requereu a renovação de CEBAS Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob o nº 23000.034721/2022-32, em 06 de dezembro de 2022, o qual se encontra no aguardo de análise, possuindo, portanto, nos termos da legislação vigente (artigo 37, §2º da LC 187/2021 e artigo 14 do Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023), certificado ativo.

Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas à análise e parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo - Curadoria de Fundações.

Práticas ambientais, sociais e de governança

Pensar e atuar de maneira sustentável é um valor que praticamos em todos os níveis de ensino, juntamente com nossos colaboradores. Nossas ações ambientais estão focadas na educação ambiental, pois acreditamos que a mudança no comportamento tem o poder de transformação na trajetória de um mundo sustentável.

Todos os resíduos gerados pela FVE são segregados e destinados de acordo com a sua natureza, tendo sempre a reciclagem como primordial.

O respeito ao Meio Ambiente é um dos princípios da FVE, sendo parte de nosso compromisso a construção de um futuro sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que a instituição possui mais de 1.533.611,00m² entre áreas de recuperação e preservação.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 27 de abril de 2026.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021(CEBAS), e Decreto nº 11.791/2023, que regulamenta a referida LC 187/2021.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3 Demonstrações dos fluxos de caixa

A entidade sem finalidade de lucro deve apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

2.1.4 Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito

Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou

mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos “*pro rata temporis*”, são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de *rating*.

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra ou venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A partir de 2016 a instituição concedeu ao aluno um produto de parcelamento privado denominado “Programa de Crédito Educativo Institucional - PROCRED”, com o propósito de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES, PROUNI e bolsas institucionais. O produto tem como objetivo financiar o percentual limitado a 40% do valor das mensalidades.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação registrou ajustes a valor presente em sua carteira de benefício de pagamento futuro nas parcelas vincendas.

2.7. Estoques

Compreendem substancialmente itens de almoxarifado e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

2.8. Propriedades para investimento

Registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada foram reclassificados da rubrica imobilizados, conforme estratégia de investimento da

Fundação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, avaliados em laudo técnico.

A Fundação revisa o valor contábil de seus bens para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.10. Ativo imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou ao custo reavaliado. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações onde estão localizados os campi da Fundação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme nota explicativa nº 7.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas / Outras despesas” no superávit (déficit) do exercício.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos.

A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, móveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2004. O ajuste de reavaliação à época, de R\$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Fundação revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o valor recuperável individual de um ativo, a Fundação calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao

menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no superávit (déficit) do exercício.

2.12. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Matrículas recebidas antecipadamente

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno referente às matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com o termo do contrato.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no superávit (déficit) do exercício durante o período em que os Empréstimos e Financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os Empréstimos e Financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação.

A provisão para riscos trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço

patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.16. Patrimônio líquido

O patrimônio social é formado pelo superávit ou déficit acumulados, acrescido da parcela remanescente da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e acervo social originado de outros bens recebidos em doações.

2.17. Subvenção governamental

A Fundação recebe subvenção governamental da Petrobras Brasileiro S.A. -PETROBRAS - Projetos - PETROBRAS, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela PETROBRAS são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante, a qual será reconhecido no resultado junto com as despesas de depreciação e ou amortização do ativo imobilizado e ou intangível, para o qual o subsídio foi concedido.

2.18. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços. A Fundação reconhece a receita quando: (i) seu valor puder ser mensurado com segurança, (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação: e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades, conforme descrição a seguir. A Fundação baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o perfil dos alunos, tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2.20. Receitas de prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos concedidos.

As receitas de prestação de serviços educacionais da Educação Superior e Educação Básica são fixadas nos termos da Lei nº 9.870/99-Decreto nº 3.274/99, e são reconhecidas mensalmente, quando tais serviços são prestados.

2.21. Outras receitas

Correspondem substancialmente a receitas de cessão de espaço físico da Fundação a taxas apropriadas no resultado à medida que são auferidas, bem como receita de convênios destinados à pesquisa científica e à inovação tecnológica mantida com entidades financiadoras de pesquisas e apropriadas ao superávit (déficit) do exercício em que os serviços são prestados.

2.22. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber por mensalidades em atrasos e renegociadas. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Fundação reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado de acordo com a taxa contratual, descontado à taxa livre de risco de mercado.

Ações assistenciais na Área de Educação

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social, inseridos nas ações e medidas assistenciais na área da Educação, conforme o Plano de Atendimento 2023/2026 (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo a Fundo Perdido e que se encontra detalhado na nota explicativa nº 19), são registrados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício, quando incorridos.

2.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Entidade que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

2.24. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil (“Reforma Tributária”). O novo modelo, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), substituirá cinco tributos atualmente existentes (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, regulamentando os novos tributos sobre o consumo – IBS, CBS e o Imposto Seletivo (IS). A referida lei detalha fatos geradores, bases de cálculo, regimes especiais e regras de governança, incluindo a constituição do Comitê Gestor do IBS.

Principais substituições e mudanças

- **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Tributo federal que substituirá o PIS e a COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de testes durante 2026, quando deverá haver destaque de percentuais nos documentos fiscais;
- **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Tributo estadual e municipal que substituirá o ICMS e o ISS. A vigência será gradual a partir de 2027, com implementação completa em 2033;
- **Imposto Seletivo (IS):** Novo tributo destinado a desestimular o consumo de bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (ex.: cigarros, bebidas alcoólicas, veículos poluentes). Vigência a partir de 2027;
- **Manutenção Restrita do IPI:** O IPI permanecerá apenas para industrializados específicos na Zona Franca de Manaus. Sua extinção total ocorrerá em 2033.

Avaliação de impacto

A Fundação avaliou os impactos das Leis Complementares nº 214/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou efeitos materiais sobre suas principais premissas contábeis.

A Fundação mantém o controle dos benefícios fiscais vigentes, os quais deverão ser informados no e-CAC para comprovação de onerosidade e futura elegibilidade ao Fundo de Compensação.

Não foram identificados impactos relacionados a ativos fiscais diferidos, ágio por combinação de negócios ou intangíveis com vida útil indefinida, os quais não são aplicáveis à Fundação. Do mesmo modo, não são esperadas mudanças no modelo de atuação que alterem o uso econômico de ativos fixos ou investimentos, embora possa haver efeitos futuros na geração de caixa.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa (a)	22	27
Conta corrente (a)	679	36
Certificados de depósito bancário (a)	27.562	23.345
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>28.263</u>	<u>23.408</u>
Caixa restrito ativo circulante (b)	266	747
Caixa restrito ativo não circulante (b)	209	184
Total do caixa restrito	<u>475</u>	<u>931</u>
	<u>28.738</u>	<u>24.339</u>

- (a) A Rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, registrada no valor de R\$ 28.263 em 2025 (R\$ 23.408 em 2024), corresponde as disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse Indexador;
- (b) Representa os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação.

A composição desses numerários restritos é assim demonstrada:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerários em conta corrente	1	5
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-
Títulos e valores mobiliários - Fundos de Investimento	474	926
	<u>475</u>	<u>931</u>
Circulante	266	747
Não circulante	209	184
	<u>475</u>	<u>931</u>

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Disponibilidades	28.264	23.413
Caixa e equivalente de caixa - caixa restrito	(1)	(5)
Caixa e equivalente de caixa - balanço patrimonial	<u><u>28.263</u></u>	<u><u>23.408</u></u>

4. Títulos e valores mobiliários

A Rubrica “Títulos e valores mobiliários” registrada no valor de R\$ 37.034 em 2025 (R\$ 30.375 em 2024), corresponde as aplicações em fundos de investimento, acrescidas dos rendimentos auferidos “*pro rata temporis*”, são classificadas como destinadas à negociação e depositadas em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de *rating*. A taxa média de rendimentos dos títulos e valores mobiliários no exercício de 2025 foi de aproximadamente 10,00 % (aproximadamente 9,46 % em 2024).

5. Contas a receber de alunos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Anuidades a receber	14.338	12.326
Acordos anuidades a receber	21.857	22.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.070)	(7.361)
Total líquido	<u><u>28.125</u></u>	<u><u>27.908</u></u>
Circulante	20.254	18.537
Não Circulante	7.871	9.371
	<u><u>28.125</u></u>	<u><u>27.908</u></u>

A Administração mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Instituição, oferecem meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito e, se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido.

A composição das contas a receber de alunos por idade de vencimento é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer:		
Até 90 dias	5.446	5.046
De 91 a 365 dias	7.196	7.281
De 366 a 730 dias	6.298	6.882
De 731 a 1.095 dias	2.287	2.903
Acima de 1.096 dias	931	1.552
Total	<u><u>22.158</u></u>	<u><u>23.664</u></u>
Vencidos:		
Até 30 dias	2.290	2.351
De 31 a 60 dias	1.620	1.298
De 61 a 90 dias	1.199	1.150
De 91 a 120 dias	1.113	929
De 121 a 150 dias	881	689
Acima de 150 dias	6.934	5.188
Total	<u><u>14.037</u></u>	<u><u>11.605</u></u>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(8.070)	(7.361)
Total	<u><u>28.125</u></u>	<u><u>27.908</u></u>

A Rubrica “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” foi constituída por

parcelas vencidas acima de 90 dias, cujos valores provisionados seguem o critério da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e Decreto nº 8.242/2014 em que, para fins de certificação de Entidade Beneficente, se considera no cálculo alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, com exceção das mensalidades em cobrança jurídica com probabilidade de recebimento subsequente provável, de acordo com o histórico de anos anteriores.

A Instituição adotou como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de 2 (dois) anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante pode ser utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2025 referem-se às parcelas dos alunos rematriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente pelas mensalidades em dezembro, com recebimento previsto para os meses de janeiro a março de 2026.

A movimentação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	7.361	8.988
Adição	174	243
Reversão	1.980	(653)
Baixas de valores incobráveis	(1.445)	(1.217)
Saldo final	<u>8.070</u>	<u>7.361</u>

A constituição e a baixa da provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são registradas no superávit / (déficit) do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Esses valores são calculados levando em conta sua distribuição por período de vencimento e o histórico de realização do recebimento face ao esforço despendido nas diversas ações de cobrança junto aos inadimplentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação recebeu antecipadamente o montante de R\$ 3.591 (R\$3.740 em 31 de dezembro de 2024), referente a matrículas.

5.1 Outras contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Pis 1º s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103		7.850
Outras contas a receber	1.853	1.706
Não circulante		
Pis 1º s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	6.704	
	<u>8.557</u>	<u>9.556</u>

A FVE possui precatório a receber da União Federal, requisitado em 04/09/2025, no valor original de R\$ 4.892 mil (maio/2020), a ser atualizado pela SELIC (capitalização simples) até o efetivo pagamento. Há previsão de que o pagamento seja efetivado no ano de 2028. Valor atualizado até 31/12/2025: R\$ 6.704 mil.

O referido crédito decorre de restituição do PIS sobre a folha de salários (período de 04/11/2016 a 20/09/2018), reconhecida judicialmente em sentença transitada em julgado em 10/12/2019, que declarou a inexistência da obrigação tributária em razão da condição da FVE como entidade beneficente de assistência social na área da educação (Processo nº 5000465-64.2016.4.03.6103 - 2ª Vara Federal de São José dos Campos/SP). Observações: 1) O processo encontra-se suspenso até o pagamento do precatório. 2) Embora a FVE tenha obtido gratuidade de justiça, foram fixados honorários de sucumbência em favor da União no valor de R\$ 36.083,78 (maio/2020), cuja exigibilidade permanece suspensa em razão da gratuidade concedida.

6. Propriedades para investimentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caçapava	299	299
Campos do Jordão	6.974	6.974
Terrenos	<u>7.273</u>	<u>7.273</u>
Caçapava	5.463	5.463
Campos do Jordão	6.012	6.012
Edificações	<u>11.475</u>	<u>11.475</u>
Caçapava	(1.992)	(1.900)
Campos do Jordão	(2.567)	(2.465)
Amortização acumulada	<u>(4.559)</u>	<u>(4.365)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>14.189</u>	<u>14.383</u>

A propriedade localizada em Campos de Jordão está alugada atualmente.

A propriedade para investimento é divulgada pelo método do custo e depreciada a uma taxa de 2% ao ano.

7. Imobilizado

a) Composição:

	<u>Média da vida útil em anos</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terrenos		58.230	-	58.230	58.230
Edificações e benfeitorias	90	131.568	(49.955)	81.613	82.019
Equipamentos e instalações	14	32.597	(25.448)	7.149	6.068
Informática	8	14.391	(11.999)	2.392	2.464
Biblioteca	10	3.797	(3.552)	245	309
Veículos	8	2.888	(2.656)	232	94
Móveis e utensílios	16	16.754	(12.693)	4.061	3.260
Redução Valor Recuperável		(410)	-	(410)	(410)
		<u>259.815</u>	<u>(106.303)</u>	<u>153.512</u>	<u>152.034</u>

b) Movimentação:

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2025</u>
Terrenos	58.230	-	-	-	58.230
Edificações e benfeitorias	82.019	935	-	(1.341)	81.613
Equipamentos e instalações	6.068	1.942	(16)	(845)	7.149
Informática	2.464	1.031	(56)	(1.047)	2.392
Biblioteca	309	5	-	(69)	245
Veículos	94	167	-	(29)	232
Móveis e utensílios	3.260	1.414	(2)	(611)	4.061
Redução Valor Recuperável	(410)	-	-	-	(410)
	<u>152.034</u>	<u>5.494</u>	<u>(74)</u>	<u>(3.942)</u>	<u>153.512</u>

No exercício de 2025 a depreciação dos bens reavaliados foi de R\$ 353 (R\$ 375 em 2024), em consequência, o mesmo montante foi transferido da reserva de reavaliação para déficit acumulado.

Máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Fundação é a arrendatária em operação de arrendamento financeiro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	2.420	2.420
Depreciação acumulada	(2.417)	(2.415)
Saldo contábil, líquido	<u>3</u>	<u>5</u>

8. Empréstimos e financiamentos

	<u>Taxa média de juros e comissões - % ao ano</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cédula de crédito bancário	100% do CDI + 3,52 %	<u>938</u>	<u>2.188</u>
Circulante		938	1.250
Não circulante		0	938
Total		<u>938</u>	<u>2.188</u>

A Cédula de crédito bancário tem como garantia a aplicação financeira restrita no Banco e os recebíveis. Os contratos acima não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) financeiras.

As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2026	<u>938</u>
	<u>938</u>

9. Salários e contribuições sociais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	3.023	2.796
Provisão de férias	3.129	2.836
FGTS sobre folha de pagamento	723	679
INSS sobre folha de pagamento	457	431
IRRF sobre folha de pagamento	2.020	1.891
Consignação	239	230
Pensão alimentícia	15	13
Bolsa auxílio estagiários	37	26
Outros encargos	39	37
Total	<u>9.682</u>	<u>8.939</u>

10. Recursos destinados à inovação tecnológica

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Petrobrás -CENPES-III (i)	0	562
Outros projetos (ii)	1.574	371
Total	<u>1.574</u>	<u>933</u>

Correspondem, substancialmente, aos convênios realizados entre:

- (i) PETROBRAS CENPES III - N. 0050.0125122.23.9. O presente termo de cooperação tem por objeto a união de esforços dos PARTICIPES para o desenvolvimento do Projeto de P & D intitulado “Diversificação de cargas renováveis para coprocessamento de diesel “. Assinado em 22.10.2023 com vigência de 545 dias a contar da data de assinatura vencendo em 16.12.2025;
- (ii) TERMO DE FOMENTO 17/2022- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e Fundação Valeparaibana de Ensino, assinado em 20.09.22, vigência de 24 meses a partir da data de assinatura. OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO, cujas disposições as partes se obrigam a cumprir fielmente (segundo os parâmetros do edital de chamamento público N° 02/SEURBS/2021), terá por objeto a execução do projeto recebimento, tratamento, reabilitação e destinação de “PSITACIFORMES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP ORIUNDOS DE APRESENTAÇÃO OU ENTREGA VOLUNTARIA”, nos termos do PLANO DE TRABALHO, PROPOSTO pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO, juntado a fls. 51/76 do Processo Administrativo no. 54951/2022, em decorrência do Edital de Chamamento Público nº. 02/SEURBS/2021, sendo encerrado em 26/09/2024

PROJETO GAEMA / NVP - MP- SP- PROCESSO: 0005370-08-2017-8-26-034, Univap e INPE, Objeto: Mapeamento das intervenções provocadas pela exploração minerária e expansão urbana na várzea do rio Paraíba do Sul - SP, assinado em 12/03/2021. Vigência 12/04/2022 da 1ª fase. Estamos aguardando o encerramento definitivo.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. Instrumento contratual Código nº 01.24.0702.00 - Assinado em 18.12.2024. Vigência 24 meses a contar da data de assinatura. OBJETO: Este Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros, pela CONCEDENTE A CONVENIENTE, PARA A EXECUÇÃO DO Projeto Intitulado “Explorando Materiais Biomateriais e Nanomateriais em Prol da Qualidade de Vida”, Ref. Finep nº 0646/24, doravante chamado Projeto, descrito no Plano de Trabalho, conforme aprovação contida na Decisão da Diretoria Executiva da Concedente nº; 085/2024, de 26/08/2024. Valor dos Recursos Financeiros que será repassado em parcela única em 2025 no montante de R\$ 4.467.802,93. Recursos financeiros serão oriundos da FONTE CT-Infra.

Em julho de 2003, a Fundação foi contratada pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS para desenvolvimento, projeto, implantação e certificação dos seguintes itens: sistema de guiagem magnética do Sistema VLP - veículo leve sobre pneus e 15 protótipos, sistema inteligente de gestão de terminais e paradas, sistema de monitoramento automático da frota e suporte tecnológico à operação dos sistemas anteriormente descritos pelo prazo de doze meses após a entrega de cada sistema, no valor inicial de R\$19.206.

A viabilização dos projetos é efetuada pela transferência dos recursos à Fundação, objetivando a execução dos projetos e/ou planos de trabalho aprovados pelos referidos órgãos, sendo o depósito efetuado em conta bancária específica de titularidade da Fundação. Os recursos recebidos relacionados a esses convênios são registrados no passivo circulante para fazer face aos gastos incorridos, que são registrados em contrapartida dessa conta quando incorridos, mediante a apresentação de relatórios às entidades provedoras dos recursos.

Eventual sobra de recursos é devolvida às entidades provedoras. Ao final dos projetos, quando aplicável, os itens de imobilizado adquiridos ou construídos durante sua execução são doados à Fundação. A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante.

11. Subvenção

As verbas de subvenções recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na "Seção 24 do CPC PME (R1) (Subvenção Governamental)". O valor da depreciação não realizada em 2025 corresponde saldo de Subvenções diferidas no valor de R\$ 7.750 (em 2024 R\$ 6.589), conforme quadro a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FINEP - Expansão Parque Tecnológico	3.400	3.440
FINEP -Infraestrutura de Pesquisa para Latu e Stricto Sensu	1.404	1.713
Outros - Engep/Tamoios	2.946	1.436
Total	<u>7.750</u>	<u>6.589</u>

12. Provisão para riscos processuais

Todos os processos em que a Fundação está envolvida são amparados por depósitos judiciais, quando exigíveis. As provisões para perdas prováveis com processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos.

A Fundação apresenta passivos relacionados com riscos trabalhistas, sendo a movimentação de provisão demonstrada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Pgto</u>	<u>Reversão</u>	<u>2025</u>
Provisão	6.052	1.380	(173)	(119)	7.140
	<u>6.052</u>	<u>1.380</u>	<u>(173)</u>	<u>(119)</u>	<u>7.140</u>
	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Pgto</u>	<u>Reversão</u>	<u>2025</u>
Depósito Judiciais	274	11	-	-	285
	<u>274</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>285</u>

(a) Perdas possíveis jurídico

Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis - perdas e danos	<u>6</u>	<u>10</u>
	<u>6</u>	<u>10</u>

13. Patrimônio líquido

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica “Patrimônio social” e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.

O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado.

Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera tampouco concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou tampouco realiza operações com partes relacionadas.

14. Receita líquida de serviços prestados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Anuidades de educação		
Ensino superior	113.069	98.522
Ensino básico	43.428	40.021
Bolsa de estudo Prouni	(17.031)	(17.498)
Bolsa de estudo institucional superior	(3.645)	(2.716)
Bolsa de estudo institucional básico	(6.414)	(5.903)
Descontos concedidos	(17.578)	(16.313)
Descontos convênios	(5.393)	(5.419)
Cancelamentos superior	(65)	(124)
Cancelamentos básico	(69)	(55)
	<u>106.303</u>	<u>90.515</u>

15. Custos de serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	(60.639)	(58.795)
Encargos	(5.465)	(6.220)
Benefícios	(14.608)	(12.836)
Total	<u>(80.712)</u>	<u>(77.851)</u>

No exercício de 2025, considerando as negociações coletivas conduzidas com os sindicatos representativos das categorias de Professores e de Auxiliares de Administração Escolar do Ensino Superior, foi concedido reajuste salarial total de 4,69%, incidente sobre os salários devidos em fevereiro de 2025, aplicado de forma escalonada, sendo 3% em junho de 2025 e 1,69% em setembro de 2025. Adicionalmente, foi previsto o pagamento de Abono Especial correspondente a 17% sobre os salários devidos em fevereiro de 2025, para cada uma das duas parcelas pagas nos meses de junho de 2025 e janeiro de 2026.

16. Despesas comerciais, gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal e encargos sociais	(21.236)	(19.646)
Serviços de Terceiros	(5.613)	(4.691)
Comercial publicidade e propaganda	(965)	(1.382)
Material didático	(1.239)	(1.783)
Energia elétrica, água e esgoto	(1.778)	(1.595)
Manutenção e conservação	(2.090)	(1.789)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.920)	(3.137)
Contribuições a Associações	(668)	(706)
Aluguéis de equipamentos	(502)	(602)
Provisão trabalhista	(1.088)	(1.431)
Material de uso e consumo	(1.537)	(1.557)
Depreciação e amortização	(4.134)	(3.962)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(2.154)	410
Total	(47.924)	(41.871)
Despesas com pessoal	(21.236)	(19.646)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	(4.134)	(3.962)
Outras despesas	(22.554)	(18.263)
	(47.924)	(41.871)

17. Outras receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prestação de serviços	3.654	4.528
Pis 1º s/ folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	(1.146)	770
Taxa de material e administrativa	5.727	5.508
Contribuições fundo de pesquisa	6.970	6.401
Ressarcimento de despesas	1.074	1.381
Doações e contribuições	372	274
Outras receitas	3.358	612
Total	20.009	19.474

18. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.441	5.997
Juros e multas de anuidades em atraso	3.552	3.504
Atualização monetária	(177)	36
	11.816	9.537
Despesas financeiras		
Juros e multas	(268)	(434)
Desconto Concedidos	-	-
Outras despesas financeiras	(340)	(364)
	(608)	(798)
Resultado financeiro líquido	11.208	8.739

19. Gratuidades: ações e medidas assistenciais na área de educação

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2025 e 2024 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:

Educação Superior COM PROUNI	<u>2025</u>	Valores R\$ (mil)	<u>2024</u>	Valores R\$ (mil)
<u>Total de alunos matriculados (a)</u>	<u>4.521</u>	113.069	<u>4.151</u>	98.522
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	62	1.711	66	1.634
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005- PROUNI)	480	12466	495	12.450
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-	-	-
Numero total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	542	14.177	561	14.084
Outras bolsas integrais (c)	206	4526	181	4.081
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação especifica regulares (d)	566	6342	477	5.380
Alunos inadimplentes (e)	70	395	17	157
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d) - (e)	3.137	87.629	2.915	74.820
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	136	1682	82	634
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	263	3709	331	4.288
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	0	-	0	-
Numero total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	399 (/2 = 199)	5.391	413(/2 = 206)	4.922
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	-	-	-	-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A	Art.13-A
1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade minima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-
<u>Educação básica</u>	<u>2025</u>		<u>2024</u>	Valores R\$ (mil)
<u>Total de alunos matriculados (a)</u>	<u>2.637</u>	43.428	<u>2.557</u>	40.021
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	196	2.858	198	2.762
Alunos com bolsa integral e com deficiência (LC 187/2021)	-	-	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	115 (x1.4 = 161)	2.421	103 (x1.4 = 144)	2.000
Numero total de alunos c/ bolsa integral (LC 187/2021) (b)	311 (357)	5.279	301(342)	4.762
Outras bolsas integrais (c)	198	3.270	183	2.806
Alunos inadimplentes (e)	149	1.259	106	1.074
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d) - (e)	2.016	38.598	1.967	35.840
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	140	1.050	151	1.051
Numero total de alunos c/ bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	140 (/2 = 70)	1.050	151 (/2 = 75)	1.051
Outra bolsas parciais	-	-	-	-
Benef. complementares convertidos em bolsa integral	2	47	4	69
Verificação atendimento aos artigos 13,13-A, 13-B da LC 187/2021				Art.13-A
Quantidade minima de bolsas 1/5 (educação superior s/PROUNI-1/4)	Atende	Atende	Atende	Atende
Quantidade minima de bolsas 1/9	Atende	Atende	Atende	Atende
Benef.complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	-	-	-	-

Demonstração das aplicações

(a) Receita

Anuidades	2025	2024
Anuidades (educação superior e educação básica)	106.303	90.515
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.980)	653
	<u>104.323</u>	<u>91.168</u>
(i) Aplicação em gratuidades: Bolsas de estudo	27.091	26.118
(ii) Aplicação em gratuidades: ações assistenciais	47	69
	<u>27.138</u>	<u>26.187</u>

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros)

	2025	2024
Receitas:		
Anuidades:		
Anuidades (Educação Superior e Educação Básica)	106.303	90.515
Outras receitas	20.009	19.474
Receitas financeiras, líquidas	11.208	8.739
	<u>137.520</u>	<u>118.727</u>
Aplicação em gratuidades: Medidas e ações assistenciais	(27.138)	(26.187)
Receita (sem gratuidades)	110.382	92.540

(c) Demonstrativo da isenção das contribuições sociais

	2025	2024
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	75.510	71.906
Quota patronal - 20%	15.102	14.381
RAT - 1%	755	719
Terceiros - 4,5%	3.398	3.236
Contribuinte individual	128	128
Contribuições sociais usufruídas	<u>19.383</u>	<u>18.464</u>

(d) PROUNI e FIES

A Fundação, em observância à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

20. Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 61 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais superior	92.393	78.307
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	20.676	20.215
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%	(13.045)	(13.000)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%	(3.987)	(4.499)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%	(1.869)	(1.803)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%	(1.776)	(914)
Outras bolsas de estudo	(5.454)	(4.895)
Devoluções e cancelamentos	(65)	(124)
Descontos concedidos	(17.578)	(16.313)
(=) Receitas líquidas de mensalidades / anuidades educacionais	<u>69.295</u>	<u>56.974</u>
Custos / Despesas com pessoal Docente	41.980	38.617
Percentual de adequação	61%	68%

21. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Fundação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Complementarmente, a Fundação faz opção por produtos financeiros de perfil conservador de forma a evitar riscos de flutuações que possam pôr em risco seus Ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos em aberto. A Fundação avalia a qualidade do crédito das contas a receber, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores nos limites previstos na legislação.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Fundação que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Fundação investe o saldo de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nesse campo de operações, por princípio, a Fundação faz opção conservadora na escolha de produtos e agentes financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Fundação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa “Não Descontados contratados”:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois</u>
Em 31 de dezembro de 2025:		
Financiamentos (nota 9)	938	-
Fornecedores	1.576	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	1.574	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.591	-
Em 31 de dezembro de 2024:		
Financiamentos (nota 9)	1.250	938
Fornecedores	967	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	933	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.740	-

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Fundação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram escopo de auditoria pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Fundação.

DIRETORIA

Prof. Dr. Sérgio Reginaldo Bacha
Presidente

Prof. Me. José César de Faria
Vice-Presidente

Contador

Oswaldo do Nascimento Brogliato
CRC - 1SP 218697-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“O Conselho Fiscal, da Fundação Valeparaibana de Ensino, nos termos do art. 29 do Estatuto da FVE, após examinar o Balanço Patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2025 e as correspondentes demonstrações do Superávit/(Déficit) dos exercícios, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, auditadas e com parecer sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendam a sua aprovação pelos órgãos competentes da Fundação”

Ricardo Augusto Scarpel Presidente Conselho Fiscal	Arnaldo de Siqueira Porto Membro Conselho Fiscal	Edson Luiz Novaes Scali Membro Conselho Fiscal
---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Fundação Valeparaibana de Ensino
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Valeparaibana de Ensino (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidade Sem Fins Lucrativos, (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e artigo 14 do Decreto nº11.791 de 21 de novembro de 2023.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que menciona que o pedido de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na Área da Educação, ainda se encontra em análise pelo órgão competente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem Fins Lucrativos (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 27 de abril de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 027006/O-4 F

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5